

# Os idos de março

Fábio Giambiagi

**"A política consiste em escolher entre o desagradável e o desastroso"**

(J.K. Galbraith)

O acontecimento do início do ano na Venezuela foram encarados por parte de uma série de analistas como a prova mais cabal da inviabilidade dos esquemas clássicos de ajuste associados a ortodoxia. A mensagem que os cadáveres de Caracas teriam deixado seria, conforme esses críticos, muito clara, partindo do pressuposto de que a população rejeita planos desse tipo: "Com tais ajustes, não há saída".

O raciocínio, contudo, se inverte, quando se verifica que não há registro histórico de países afetados por fenômenos de alta inflação que não tenham passado por uma fase de aperto fiscal significativo, até conseguirem êxito no combate à inflação. Nesse caso, a conclusão é oposta: "Sem ajuste, não há solução". Sendo assim, ao invés de tomar o comportamento social como um dado para as decisões econômicas, há que operar no sentido contrário: conhecendo as limitações impostas pela realidade econômica, e precise agir com franqueza, expor a verdade nua e crua à sociedade. Dessa forma, desestimulando no presente a formação de expectativas otimistas, podem ser minimizadas as reações futuras passíveis de ocorrer quando forem tomadas as medidas exigidas pela gravidade das circunstâncias.

Seria extremamente importante, nesse sentido, que as promessas dos candidatos à presidência da República fossem condicionadas pelo cenário que o escolhido devesse encontrar ao tomar posse em março. Com honrosas exceções, porém, não é isso o que está acontecendo. O eleitorado vem sendo induzido a optar, em função de propostas de uma grosseira ingenuidade, que não levam em consideração o quadro provavelmente dramático a ser vivido pelo país no início do próximo ano.

A economia tem algumas leis que não podem deixar de ser levadas em conta. Ela não é, entretanto, uma ciência exata. Se hoje fosse feita uma consulta aos mais famosos economistas do país acerca de qual seria a inflação mensal que o próximo governo receberia em março como herança, as respostas variariam entre um piso de 20% e um máximo da ordem de 50%. Isso revela a fragilidade do conhecimento em economia: a qual, distante ela está do status de uma ciência exata. Revela também o grau das dificuldades que o futuro presidente terá pela frente a partir do primeiro dia de governo.

A trajetória da taxa mensal de inflação no período maio-março pode ser dividida em três fases, admitindo que o atual governo não promova um novo choque até o final da sua gestão. Em maio, quase certamente teremos um salto em relação aos níveis da inflação de março-abril, associado ao começo do descongelamento. No período junho-outubro, será muito difícil evitar algum grau de aceleração das taxas, causado pela descompressão das tensões de preços relativos acumuladas desde janeiro e pelas demandas por reposição de pelo menos parte da inflação de 70% de janeiro que o governo corretamente pretendeu impedir que fosse adotada como parâmetro para os reajustes pós-Plano Verão. Finalmente, no período novembro-março, deveremos ter uma intensificação do processo de aceleração inflacionária, por conta das turbulências típicas da transição entre uma administração e outra, fenômeno esse que, com maior ou menor força, já ocorreu no Brasil em 1984-85, bem como na Argentina em 1983 e na atualidade.

É quase certo, portanto, que o novo governo assumirá tendo que implementar de imediato um plano de estabilização. Vale lembrar que, mesmo que a inflação mensal seja em março de apenas 20%, a taxa anualizada correspondente a isso, da ordem de 800%, seria tão elevada, que é inconcebível pensar em conviver com ela. Tal estratégia

pode, até ser válida no último ano de um governo, mas é inaceitável no primeiro ano de um governo comandado por um presidente montado em 30 ou 40 milhões de votos.

A questão colocada é então: saber que contornos terá essa política de estabilização? Há uma série de dúvidas a esse respeito. Dois componentes, entretanto, deverão constar obrigatoriamente de qualquer menu de medidas integrantes do plano: a) um corte drástico do déficit público; e b) o abandono da inflação passada imediatamente anterior para efeito dos reajustes futuros. Evidentemente desejável que estas questões possam ser tratadas com tranqüilidade, num processo de negociação social entre as partes envolvidas, que implicasse racionalidade técnica e cooperação política. Isso permitiria definir uma política de rendas semelhante à que foi adotada com grande êxito, por exemplo, em alguns países da Europa.

Infelizmente, porém, e preciso levar em conta que as obras de engenharia política e social não se costumam coadunar com o pânico. Em outras palavras, o princípio da neutralidade distributiva e a predisposição para o diálogo devem constituir a base desejável, a partir da qual se define a política de estabilização de um governo democrático. Como, entretanto, o espaço para soluções negociadas é neutro e se encurta na medida em que a crise se agrava, um governo deve contar sempre com uma alternativa para adotar no caso de consenso não ser possível. No limite, quando a própria governabilidade do país está ameaçada, simplesmente não sobra espaço para soluções que não impliquem perdas. E, nesse caso, os planos de estabilização acabam por ser implementados com a utilização de um atalho para mencionar a expressão que um conhecido economista utiliza para se referir ao bem-sucedido programa antinflacionário adotado em 1985 na Bolívia.

Concretamente, isto significa que se a hiperinflação bater à nossa porta, uma série de controversias se tornará bizantina, não mais será questão de discutir se o déficit público deve ser contido ou não, ou se o salário a ser defendido é o da média ou o do pico. O suor e as lágrimas, nesse caso, virão de qualquer forma, queramos ou não. O único dilema a ser enfrentado será então o seguinte: dado que a perda é certa, ou ela é aceita, e dessa forma a sociedade contribui para que o próximo governo tenha êxito, ou ela não é aceita, e então a espiral preços-salários atinga dimensões meditas: o país se tornará inadministrável, com que hipótese de um golpe militar acabará sendo reintroduzida na política como um dos desfechos possíveis dessa história.

Temos, que ser realistas. A economia brasileira encontra-se numa situação muito grave, com a perspectiva de uma inflação ascendente, um risco não desprezível de ocorrência de um episódio hiperinflacionário. É preciso de um ajuste fiscal drástico, que reduza as necessidades de financiamento do setor público, e dos redores do governo, tranquilidade quanto à capacidade deste de honrar os seus títulos. Por outro lado, é fato de que uma candidatura totalmente desvinculada de qualquer grupo organizado da sociedade seja a preferência do eleitorado nas eleições presidenciais: uma evidência inequívoca da falência das estruturas de representação do país. Consequentemente, sendo preciso fazer um ajuste e tendo talvez que aplicá-lo sem acordo prévio, é necessário preparar o eleitorado para essa eventualidade. Isto porque aplicar um plano de estabilização rejeitado frontalmente pela sociedade é tão ruim quanto adotar um programa de crescimento que seja politicamente consensual, mas economicamente inviável. No primeiro caso, o saldo é ter os tanques na rua. No segundo, o resultado é o aumento da inflação e o colapso das contas externas. Entre ambos os extremos, esta é a alternativa da estabilização com aceitação social. Para que esta seja viável, porém, a população tem que ser informada durante a campanha acerca do que terá que sofrer depois da posse, de modo a evitar que a política a ser adotada venha a ser maculada pela marca indelevel da traição.

Fábio Giambiagi é professor da FEA/UFRJ e economista do BNDES, cedido ao Inpes/Ipea.

6861 171 MAI 1988